

**ADVOCACIA
COMPROMETIDA**
COM SOLUÇÕES
ADUANEIRAS
E TRIBUTÁRIAS



DIEGO JOAQUIM
& ADVOGADOS

SUMÁRIO

- › *Receita Federal e Comitê Gestor do IBS definem regras relativas a obrigações acessórias da Reforma Tributária para início de 2026*
- › *Receita Federal edita Norma que dispõe sobre a redução de benefícios tributários*
- › Alterações na TEC / Ex-tarifários
- › Medidas de Defesa Comercial
- › Soluções de Consulta
- › Tratamentos administrativos

DESTAQUES DO PERÍODO

Receita Federal e Comitê Gestor do IBS definem regras relativas a obrigações acessórias da Reforma Tributária para início de 2026

Objetivo do Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 (Reforma Tributária – 2026) é garantir uma transição gradual, previsível e sem penalidades na adoção das obrigações acessórias do IBS e da CBS em 2026, permitindo período de aprendizado, testes e adaptação dos contribuintes e das administrações tributárias, com segurança jurídica.

Principais informações:

- 2026 será tratado como ano educativo, sem recolhimento de IBS/CBS durante o período de testes.
- Não haverá penalidades pelo não preenchimento dos novos campos fiscais até o 1º dia do 4º mês após a publicação dos regulamentos.
- Contribuintes poderão ajustar gradualmente sistemas, rotinas e documentos fiscais ao novo modelo.
- O ato antecipa e especifica os modelos de notas e documentos que serão recepcionados, incluindo a Declaração de Regimes Específicos (DeRE).
- São preservadas as competências do Simples Nacional (CGSN) e da NFS-e (CGNFS-e).
- A medida reforça a implementação cooperativa, transparente e responsável da Reforma Tributária do consumo.

ALTERAÇÕES E REDUÇÕES TARIFÁRIAS



LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Retificação – Portaria SECEX/MDIC nº 405, de 23/06/2025</u>	Retifica o ato supracitado que estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 740/2025
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 818, de 27/11/2025.</u>	Altera o Anexo V da Resolução GECEX nº 272/2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum- TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022)
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 821, de 01/12/2025.</u>	Altera os Anexos V e X da Resolução GECEX nº 272/2021, que altera a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022)
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 822, de 01/12/2025.</u>	Altera a Resolução GECEX nº 553/2024, que dispõe sobre a lista de bens sem similar nacional a que se refere o art. 1º, §4º, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 13/2012 ; e revoga a Resolução GECEX nº 785/2025

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 827, de 01/12/2025.</u>	Altera o Anexo IV da Resolução GECEX nº 272/2021, que altera a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 454, de 01/12/2025.</u>	Altera a Portaria SECEX nº 72/2020, que dispõe sobre as operações amparadas por cotas de exportação
<u>Lei nº 15.279, de 02/12/2025.</u>	Estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos aos órgãos da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios , e às entidades reconhecidas como de utilidade pública
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 823, de 04/12/2025.</u>	Altera o Anexo I da Resolução GECEX nº 322/2022, que revoga e consolida os atos normativos que reduzem temporariamente para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-tarifários; e o Anexo Único da Resolução GECEX nº 780/2025 , que consolida os atos normativos que reduzem temporariamente para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex tarifários.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 463, de 06/01/2026.</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 844/2025, e revoga a Portaria Secex nº 388/2025
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 845, 846 de 15/01/2026.</u>	Altera o Anexo IX da Resolução Gecex nº 272/2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022)
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 468, de 19/01/2026.</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 844/2025 , e altera a Portaria SECEX nº 399/2025, em razão da publicação da Resolução GECEX nº 844/2025
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 470, de 23/01/2026.</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 846/2026 , e altera as Portarias Secex nº 438/2025, e nº 447/2025, em razão da publicação da Resolução GECEX nº 846/2026.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 847 e 848, de 29/01/2026.</u>	Altera o Anexo IX, IV, V e VI da Resolução Gecex nº 272/2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022)
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 851, de 30/01/2026.</u>	Altera o Anexo IV da Resolução Gecex nº 272/2021 , que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022)
<u>Ato Declaratório Executivo RFB/MF nº 1, de 30/01/2026.</u>	Dispõe sobre a adequação da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados Tipi, aprovada pelo Decreto nº 11.158/2022 , às alterações promovidas na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, internalizadas pela Resolução Gecex nº 812/2025
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 852, de 04/02/2026.</u>	Altera o Anexo VI da Resolução Gecex nº 272/2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022)

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 853, de 06/02/2026.</u>	Altera a Resolução Gecex nº 512/2023, que dispõe sobre reduções temporárias da alíquota do Imposto de Importação para bens de capital- BK e bens de informática e telecomunicações - BIT sem capacidade de produção nacional equivalente, na condição de Ex-tarifário
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 471, de 06/02/2026.</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pelas Resoluções GECEX nºs: 847/2026, e nº 848/2026 ; altera as Portarias Secex nº 445/2025, e nº 424/2025, em razão da publicação da Resolução GECEX nº 848/2026; e altera a Portaria Secex nº 424/2025, em razão da publicação da Resolução GECEX nº 851/2026
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 860 e 861 de 20/02/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução Gecex nº 780/2025, que consolida os atos normativos que reduzem temporariamente para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex tarifários.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 862, de 20/02/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 311/2022 que reduz as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os produtos automotivos sem produção nacional equivalente que menciona, no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 14.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 863, de 20/02/2026.</u>	Altera a Lista de Autopeças Não Produzidas constante da Resolução Gecex nº 284/2021 , que reduz alíquotas do Imposto de Importação na condição de Ex- tarifário para autopeças sem produção nacional equivalente, no âmbito do Regime de Autopeças Não Produzidas.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 864, de 20/02/2026.</u>	Altera o Anexo V da Resolução Gecex nº 272/2021 , que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum- TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).



MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Circular SECEX/MDIC nº 91, de 19/11/2025.</u>	Inicia a investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da China, do Marrocos e do México para o Brasil de ácido fosfórico purificado com grau de concentração maior que 55% e menor que 105% de H3PO4, classificado no subitem 2809.20.11 da NCM , e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.
<u>Circular SECEX/MDIC nº 92, de 21/11/2025.</u>	Torna públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restante da revisão de final de período da medida antidumping de que trata a Resolução GECEX nº 64/2020 , aplicada às importações brasileiras de filtros cerâmicos refratários, comumente classificadas nos subitens 6903.90.91 e 6903.90.99 da NCM, originárias da China, iniciada pela Circular SECEX nº 46/2025
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 817, de 27/11/2025.</u>	Prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos , aplicado às importações brasileiras de alto-falantes, originárias da China
<u>Circular SECEX/MDIC nº 93, de 28/11/2025.</u>	Inicia investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da China para o Brasil de acrilato de butila, classificado no subitem 2916.12.30 da NCM , e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Circular SECEX/MDIC nº 1, de 05/01/2025.</u>	Torna públicos os novos prazos que servirão de parâmetro para o restante da investigação de prática de dumping, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre esses, nas exportações para o Brasil de tecidos de malha de trama circular compostos por fios ou filamentos sintéticos, com predominância de poliéster (malhas de poliéster), comumente classificadas nos subitens 6004.10.31, 6004.10.32, 6004.10.33, 6004.10.34, 6004.90.30, 6006.31.20, 6006.32.20, 6006.33.20 e 6006.34.20 da NCM, originárias da China, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 80/2024, alterando o cronograma divulgado por intermédio da Circular Secex nº 74/2025
<u>Circular SECEX/MDIC nº 2, de 15/01/2026.</u>	Inicia investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da China para o Brasil de resinas fenólicas , em formato sólido, incluindo moídas na forma de pó, "flakers", escamas, pastilhas, T britadas entre outros, modificadas ou não, produzidas a partir de fenol e formaldeído ou paraformaldeído, utilizando ou não um catalisador, com ou sem agente de cura ("resinas fenólicas"), normalmente classificadas nos subitens 3909.40.11, 3909.40.19, 3909.40.91 e 3909.40.99 da NCM, originárias da China, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática
<u>Circular SECEX/MDIC nº 3, de 15/01/2026.</u>	Prorroga para dezoito meses, contado da data de seu início, o prazo para conclusão da investigação de dumping nas exportações para o Brasil de resina PET, com viscosidade intrínseca entre 0,78 dl/g e 0,88 dl/g, comumente classificadas no subitem 3907.61.00 da NCM , originárias da Malásia e do Vietnã, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 25/2025

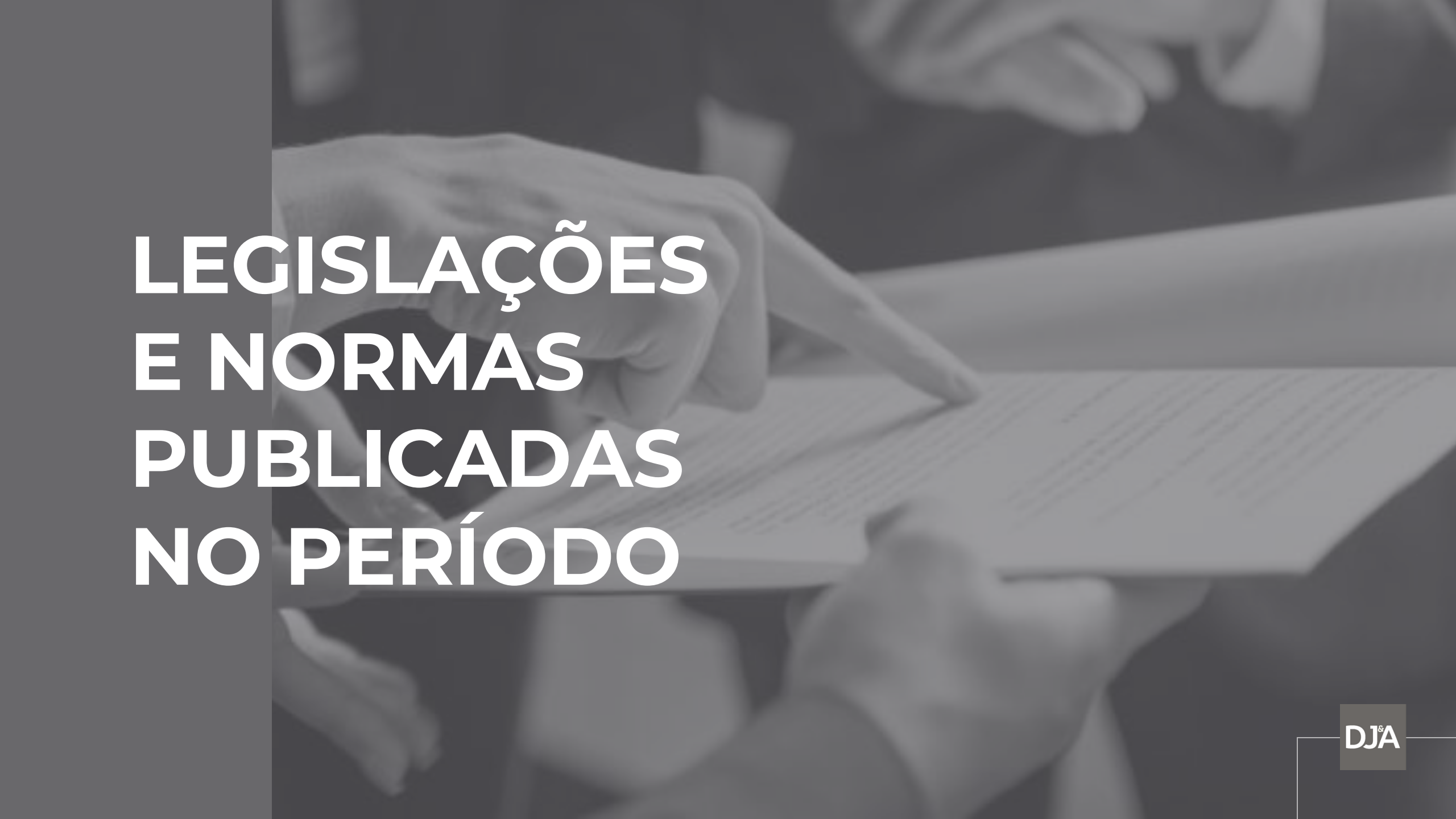
LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Circular SECEX/MDIC nº 4, de 19/01/2026.</u>	Inicia revisão da medida antidumping instituída pela Resolução GECEX nº 141/2021 , aplicado às importações brasileiras de lápis, comumente classificadas no subitem 9609.10.00 da NCM, originárias da República Popular da China
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 849, de 30/01/2026.</u>	Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos , às importações brasileiras de aços pré-pintados, originárias da China e da Índia.
<u>Circular SECEX/MDIC nº 6, de 05/02/2026.</u>	Torna público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, sem recomendação de aplicação de direito provisório , nas exportações para o Brasil de fio-máquina de aço carbono, comumente classificadas nos subitens 7213.20.00, 7213.91.10, 7213.91.90, 7213.99.10, 7213.99.90, 7227.20.00 e 7227.90.00 da NCM, originárias da China e da Rússia, nos termos do Anexo Único
<u>Circular SECEX/MDIC nº 7, de 05/02/2026.</u>	Torna públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restante da redeterminação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de magnésio metálico, comumente classificadas nos subitens 8104.11.00 e 8104.19.00 da NCM , originárias da República Popular da China, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 89/2025

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Circular SECEX/MDIC nº 8, de 10/02/2026.</u>	Torna públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restante da revisão da medida antidumping de que trata a Resolução GECEX nº 50/2020, aplicada às importações brasileiras de pirofosfato ácido de sódio (SAPP) , comumente classificadas no subitem 2835.39.20 da NCM, originárias do Canadá, da República Popular da China e dos Estados Unidos da América
<u>Circular SECEX/MDIC nº 9, de 10/02/2026.</u>	Inicia revisão da medida antidumping prorrogada pela Resolução GECEX nº 160/2021, aplicado às importações brasileiras de vidros planos flotados incolores , comumente classificadas no subitem 7005.29.00 da NCM, originárias da China, Egito, Emirados Árabes Unidos e México
<u>Circular SECEX/MDIC nº 10, de 10/02/2026.</u>	Torna público que deverão ser observados os preços de exportação, como especifica, na condição CIF, para mercadorias desembaraçadas ao amparo do compromisso de preços para amparar as importações brasileiras de ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio e suas misturas, comumente classificadas nos subitens 2918.14.00 e 2918.15.00 da NCM, originárias da China, fabricados pelas empresas que relaciona.
<u>Circular SECEX/MDIC nº 11, de 11/02/2026.</u>	Torna pública proposta de modificação da Tarifa Externa Comum e da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, com o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento no âmbito do Comitê Técnico nº 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias do MERCOSUL . As manifestações deverão ser dirigidas ao Departamento de Negociações Internacionais da Secex por meio do endereço eletrônico deintcgnr@mdic.gov.br .

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 854, de 12/02/2026.</u>	Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos , às importações brasileiras de laminados planos a frio, originárias da China.
<u>Republicação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 854, de 12/02/2026.</u>	Republica o ato supracitado que aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de laminados planos a frio , originárias da China
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 855, de 13/02/2026.</u>	Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de agulhas hipodérmicas , originárias da China.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 856, de 13/02/2026.</u>	Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de laminados planos revestidos originárias da China.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Circular SECEX/MDIC nº 12, de 18/02/2026.</u>	Encerra, sem julgamento de mérito e sem prorrogação da medida, a revisão da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 13/2020, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 13/2025 uma vez que a análise de mérito foi prejudicada em razão da falta de confiabilidade nos dados reportados pela indústria doméstica.
<u>Circular SECEX/MDIC nº 13, de 19/02/2026.</u>	Torna públicos os novos prazos que servirão de parâmetro para o restante da revisão de final de período da medida antidumping de que trata a Resolução GECEX nº 64/2020, aplicada às importações brasileiras de filtros cerâmicos refratários, comumente classificadas nos subitens 6903.90.91 e 6903.90.99 da NCM, originárias da China, iniciada pela Circular SECEX nº 46/2025, alterando o cronograma divulgado por intermédio da Circular SECEX nº 92/2025.
<u>Circular SECEX/MDIC nº 14, de 19/02/2026.</u>	Inicia investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações da China para o Brasil de vidros planos laminados, classificadas no subitem 7007.29.00 da NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 857, de 20/02/2026.</u>	Altera, em razão de interesse público, o direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de aço GNO, originárias da Alemanha, da China, da Coreia do Sul e de Taipé Chinês.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 858, de 20/02/2026.</u>	Encerra avaliação de interesse público sem suspensão ou alteração do direito antidumping aplicado pela Resolução Gecex nº 754/2025 , relativo às importações brasileiras de poliol poliéter originárias da China e dos Estados Unidos da América

A grayscale background image showing several hands pointing at a document, suggesting a collaborative review or legal process. The text is overlaid on the left side of the image.

LEGISLAÇÕES E NORMAS PUBLICADAS NO PERÍODO

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.305, de 31/12/2025.</u>	Dispõe sobre a redução linear dos incentivos e benefícios de natureza tributária , financeira ou creditícia concedidos no âmbito da União.
<u>Portaria MF nº 3.278, de 31/12/2025.</u>	Dispõe sobre a redução dos incentivos e dos benefícios de natureza tributária concedidos no âmbito da União.
<u>Portaria MAPA nº 872, de 12/12/2025.</u>	Estabelece o Regulamento para Ingresso, em território nacional, de Bens Agropecuários Transportados como Bagagem de Viajantes .
<u>Portaria GM/MMA nº 1.560, de 02/01/2026.</u>	Estabelece orientações a serem observadas pelos sistemas de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico , de que trata o Decreto nº 10.240/2020

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria GM/MMA nº 1.561, de 02/01/2026.</u>	Altera a Portaria nº 1.102/2024, que regulamenta dispositivos do Decreto nº 11.413/2023, para estabelecer, no âmbito dos sistemas de logística reversa de embalagens em geral, os critérios de habilitação das entidades gestoras e os parâmetros a serem observados por elas no desempenho de suas atribuições , e altera a Portaria GM/MMA nº 1.117/2024, que regulamenta o art. 5º, inciso I e o art. 27, inciso V, do Decreto nº 11.413/2023, para estabelecer os critérios de habilitação dos verificadores de resultado de sistemas de logística reversa e instituir o primeiro chamamento público visando ao cadastramento das pessoas jurídicas.
<u>Portaria MAPA nº 876, de 17/12/2025.</u>	Estabelece os requisitos mínimos para o reconhecimento de programas de promoção e certificação de boas práticas agropecuárias, na etapa primária de produção das cadeias produtivas agrícolas e pecuárias , aplicados por entes públicos e privados no território nacional.
<u>Portaria COANA/SUANA/RFB/MF nº 180, de 05/01/2026.</u>	Estabelece a cotação média do dólar dos Estados Unidos da América, referente aos anos-calendários de 2021 a 2025, para fins de apuração da estimativa da capacidade financeira da pessoa jurídica que solicitar habilitação de responsável legal no Siscomex .

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Lei Complementar nº 225, de 08/01/2026</u>	Institui o Código de Defesa do Contribuinte .
<u>Lei nº 15.337, de 08/01/2026.</u>	Altera a Lei nº 13.710/2018 (Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade), para promover a ampliação do mercado do cacau e o fomento da produtividade e da produção sustentável do cacaueiro no Brasil.
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 464, de 09/01/2026.</u>	Substitui, no Grupo-Executivo do Comitê Gestor do Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações – SEM Barreiras , os membros designados pela Portaria SECEX nº 371/2024, como especifica
<u>Lei Complementar nº 227, de 13/01/2026.</u>	Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) ; dispõe sobre o processo administrativo tributário do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos ; institui normas gerais relativas ao Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) ; altera a Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 1.079/1950, a Lei nº 9.430/1996, a Lei nº 10.893/2004, a Lei nº 14.113/2020, a Lei Complementar nº 63/1990, a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei Complementar nº 141/2012, a Lei Complementar nº 192/2022, a Lei Complementar nº 214/2025, o Decreto-Lei nº 37/1966, e o Decreto nº 70.235/1972; e revoga dispositivos da Lei nº 10.833/2003, e da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Consulta Pública INMETRO/MDIC nº 1, de 08/01/2026.</u>	Proposta de Modelo e Requisitos de Avaliação da Conformidade para Classificação da Maturidade da Indústria 4.0 . As críticas e sugestões deverão ser apresentadas na Plataforma Participa + Brasil contida na página: https://www.gov.br/participamaisbrasil/inmetro-diretoria-deavaliacao-daconformidade .
<u>Portaria INMETRO/MDIC nº 63, de 14/01/2026.</u>	Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Isqueiros a Gás - Consolidado e altera a Portaria Inmetro nº 282/2020 , que estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do Inmetro no âmbito da Avaliação da Conformidade compulsória.
<u>Portaria de Pessoal SUANA/RFB/MF nº 3, de 14/01/2026.</u>	Concede o " Certificado de Mérito da Organização Mundial das Aduanas ", referente ao tema para o ano de 2026: " Aduanas protegendo a sociedade por meio de vigilância e compromisso " aos servidores da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e aos representantes do setor público e do setor privado relacionados no Anexo Único desta Portaria.
<u>Republicação – Consulta Pública INMETRO/MDIC nº 1, de 08/01/2026.</u>	Por ter constado incorreção no original republica o ato supracitado que dispõe sobre proposta de Modelo e Requisitos de Avaliação da Conformidade para Classificação da Maturidade da Indústria 4.0 . As críticas e sugestões deverão ser apresentadas na Plataforma Brasil Participativo contida na página eletrônica: https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria RFB/MF nº 638, de 15/01/2026.</u>	Altera a Portaria RFB nº 200/2022, que dispõe sobre a administração e a destinação de mercadorias apreendidas
<u>Republicação – Consulta Pública INMETRO/MDIC nº 1, de 08/01/2026.</u>	Por ter constado incorreção no original republica o ato supracitado que dispõe sobre proposta de Modelo e Requisitos de Avaliação da Conformidade para Classificação da Maturidade da Indústria 4.0 . As críticas e sugestões deverão ser apresentadas na Plataforma Brasil Participativo contida na página eletrônica: https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/ .
<u>Portaria SDIC/MDIC nº 18, de 19/01/2026.</u>	Altera a Portaria MDIC/SDIC nº 340/2023, que regulamenta a composição do Fórum de Comércio e Serviços Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Fórum MDIC de Comércio e Serviços (FMCS) e suas Câmaras Setoriais.
<u>Portaria GM/MDIC nº 19, de 20/01/2026.</u>	Estabelece regulamentação complementar do Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover) , instituído pela Lei nº 14.902/2024 , e regulamentado pelo Decreto nº 12.435/2025 , e dispõe sobre procedimentos a serem observados para o cumprimento das metas de eficiência energética para veículos leves

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Retificação – Lei Complementar nº 227, de 13/01/2026.</u>	Retifica o ato supracitado que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos ; institui normas gerais relativas ao Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera a Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 1.079/1950, a Lei nº 9.430/1996, a Lei nº 10.893/2004, a Lei nº 14.113/2020, a Lei Complementar nº 63/1990, a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei Complementar nº 141/2012, a Lei Complementar nº 192/2022, a Lei Complementar nº 214/2025, o Decreto-Lei nº 37/1966, e o Decreto nº 70.235/1972; e revoga dispositivos da Lei nº 10.833/2003, e da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.306, de 22/01/2026.</u>	Altera a IN RFB nº 2.305/2025, que dispõe sobre a redução linear dos incentivos e benefícios de natureza tributária , financeira ou creditícia concedidos no âmbito da União.
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 469, de 23/01/2026.</u>	Dispõe sobre alteração na Portaria Secex nº 462/2025, para postergar a data de revogação das disposições sobre a emissão de Certificado de Origem para as exportações de carne de frango e de peru in natura amparadas por cotas concedidas pela União Europeia .

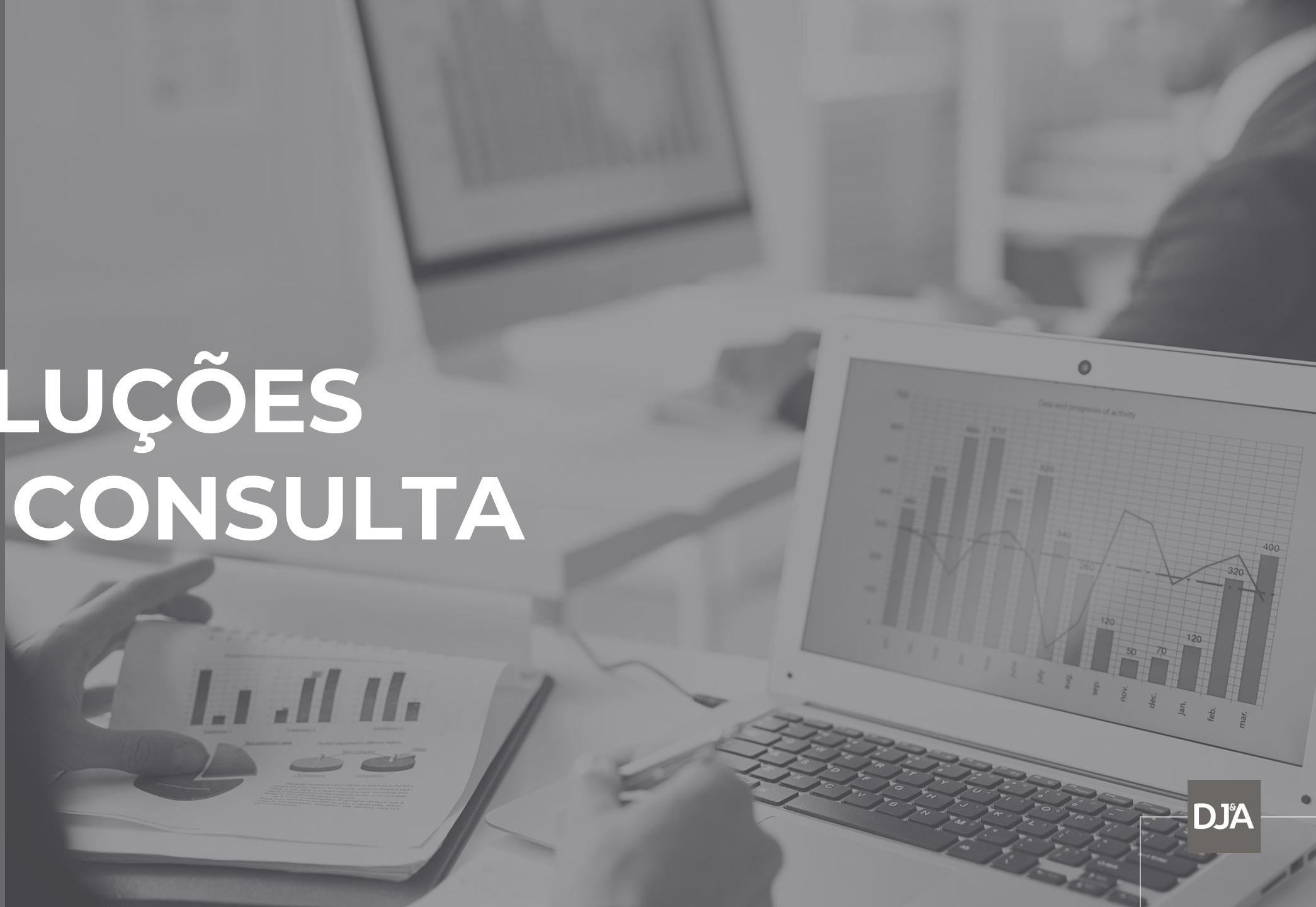
LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Despacho CONFAZ/MF nº 3, de 27/01/2026.</u>	Publica, entre outros, o Convênios ICMS nº 4, de 27/01/2026, que concede isenção e suspensão do ICMS nas operações e prestações relacionadas com a Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 , e dá outras providências
<u>Portaria SRRF/3ªRF nº 590, de 26/01/2026.</u>	Dispõe sobre requisitos e procedimentos para a habilitação de Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex) , bem como para a prestação de serviços aduaneiros nesse tipo de recinto, no âmbito da 3ª Região Fiscal.
<u>Portaria Interministerial MDIC/MF nº 163, de 22/01/2026.</u>	Institui o Comitê Gestor da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio e das Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços , Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio.
<u>Portaria COGEA/RFB/MF nº 288, de 28/01/2026.</u>	Altera o Anexo Único da Portaria RFB nº 328/2023, que regulamenta o canal de atendimento Fale Conosco da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Despacho DC/ANVISA nº 4, de 30/01/2026.</u>	Abertura de Processo Administrativo de Regulação para alterar o Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344/1998, bem como para estabelecer requisitos para o cultivo para fins medicinais, farmacêuticos e de pesquisa da espécie vegetal Cannabis Sativa L., em cumprimento ao acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial nº 2024250/PR , representativo do Incidente de Assunção de Competência 16.
<u>Resolução DC/ANVISA nº 1.011, de 30/01/2026.</u>	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344/1998.
<u>Despacho do Presidente da República – Mensagem nº 93, de 02/02/2026.</u>	Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do "Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro", assinado em Assunção, Paraguai, em 17/01/ 2026.
<u>Ato Declaratório Interpretativo RFB/MF nº 2, de 03/02/2026.</u>	Dispõe sobre a aplicação, até 31/03/2026, do disposto no art. 173 da Lei Complementar nº 227/2026, que alterou os prazos processuais previstos no Decreto nº 70.235/1972.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria GM/MDIC nº 41, de 09/02/2026.</u>	Estabelece critérios relativos ao fornecimento de informações para o monitoramento e a melhoria contínua do macroprocesso de fixação e alteração de Processos Produtivos Básicos
<u>Portaria RFB/MF nº 650, de 12/02/2026.</u>	Altera a Portaria RFB nº 621/2025, que estabelece o número de vagas ofertadas e o prazo e as condições para o requerimento de certificação no âmbito da primeira edição do Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil Confia.
<u>Súmula AGU nº 50, de 13/08/2010. (Publicada no DOU-1, de 16/08, 17/08 e 18/08/2010)</u>	Informa que não se atribui ao agente marítimo a responsabilidade por infrações sanitárias ou administrativas praticadas no interior das embarcações.
<u>Decreto nº 12.851, de 20/02/2026.</u>	Altera o Decreto nº 6.761/2009, para dispor que a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá regulamentar a forma de comprovação da destinação dos créditos obtidos no exterior ao financiamento de exportações.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Súmula nº 50, 13/08/2010.</u>	Informa que não se atribui ao agente marítimo a responsabilidade por infrações sanitárias ou administrativas praticadas no interior das embarcações
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.307, de 20/02/2026.</u>	Substitui o Anexo Único da Instrução Normativa RFB nº 2.305/2025, que dispõe sobre a redução linear dos incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos no âmbito da União.

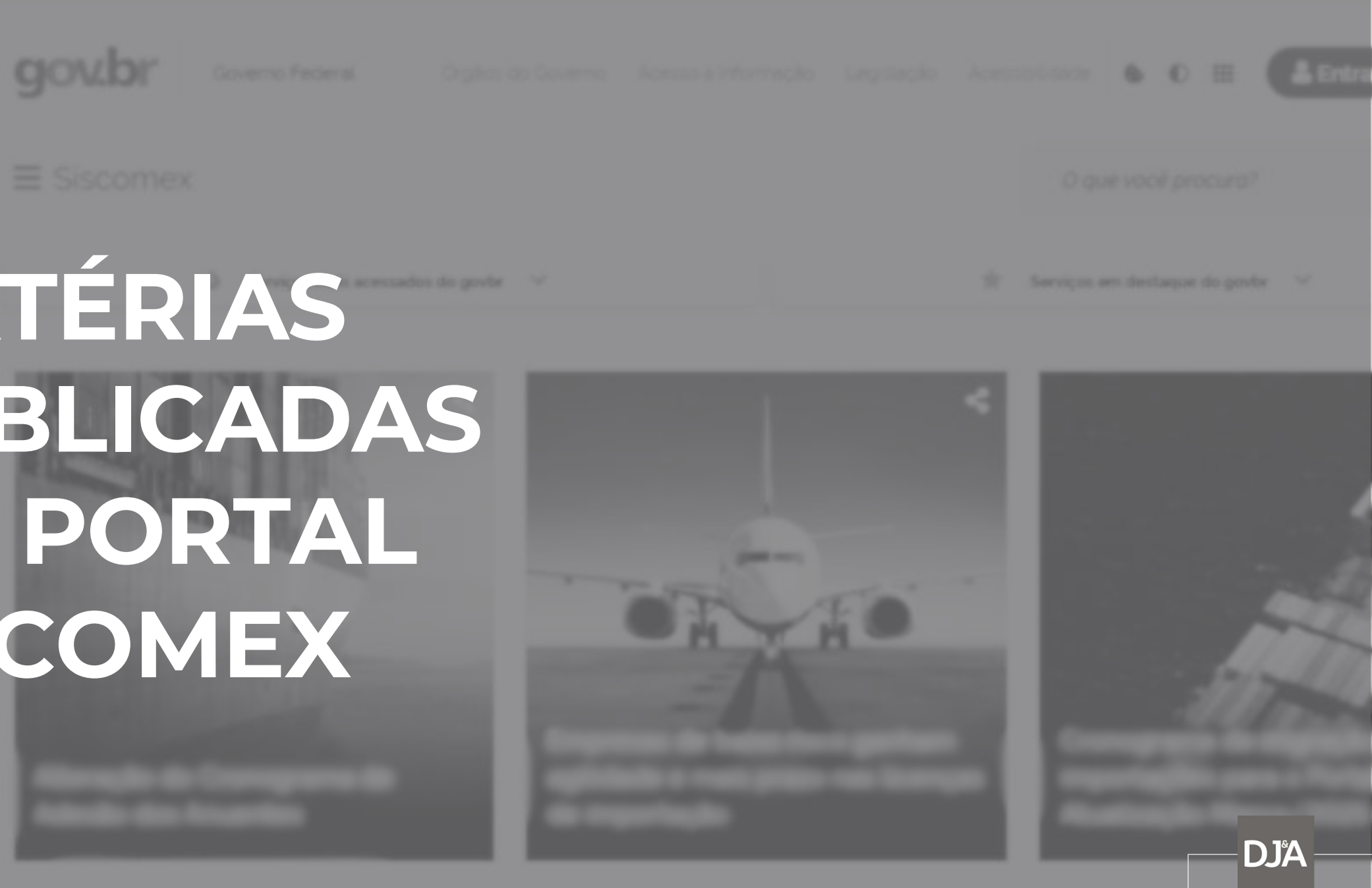
SOLUÇÕES DE CONSULTA



LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Soluções de Consultas</u> <u>CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.407 e 98.408,</u> <u>de</u> <u>23/12/2025; 98.409 a</u> <u>98.411, de 24/12/2025;</u> <u>98.412 a 98.416, de</u> <u>29/12/2025.</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 3402.90.29, 3924.10.00, 3924.90.00, 6211.33.00, 1901.20.10, 8517.62.77, 9027.89.99, 8542.31.20, 8529.90.20 e 3921.90.12)
<u>Solução de Consulta</u> <u>COSIT/SUTRI/RFB/MF nº 5,</u> <u>de 26/01/2026.</u>	Informa que quando à importação de mercadorias adquiridas por meio de remessa internacional for aplicado o Regime de Tributação Simplificada , a apuração do valor aduaneiro da operação será realizada em consonância com o estabelecido nas normas específicas do regime , sejam as mercadorias importadas por meio de empresas de comércio eletrônico que aderiram ao Programa Remessa Conforme, ou não.
<u>Solução de Consulta</u> <u>COSIT/SUTRI/RFB/MF nº 9,</u> <u>de 29/01/2026.</u>	Informa que incide a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação na entrada no país de bem importado com base em contrato de arrendamento mercantil na modalidade operacional sujeito ao regime de admissão temporária para utilização Econômica

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Soluções de Consultas</u> <u>CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/MF</u> <u>nºs: 98.001 a 98.005, de</u> <u>22/01/2026; 98.006 a 98.015, de</u> <u>23/01/2026.</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM3002.49.99, 2309.90.90, 8531.10.90, 7326.90.90, 8421.99.99, 9031.80.99, 8479.89.99, 7210.69.90, 8479.89.11, 9018.49.99 e 8539.51.00).
<u>Soluções de Consultas</u> <u>COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.016 a</u> <u>98.018, de</u> <u>27/01/2026; 98.019 a 98.022, de</u> <u>30/01/2026; 98.023 a 98.027, de</u> <u>03/02/2026; 98.034 e 98.035, de</u> <u>11/02/2026.</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 7210.69.90, 8479.10.10, 3919.10.90, 3919.90.90, 7308.90.10, 8714.10.00, 9023.00.00, 2202.99.00, 3923.10.90, 1905.90.90, 1209.29.00, 3824.99.89 e 7607.20.00)
<u>Soluções de Consultas</u> <u>CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/MF</u> <u>nºs: 98.028 a 98.031 e 98.033, de</u> <u>06/02/2026; 98.038 a 98.042, de</u> <u>16/02/2026; e 98.043, de</u> <u>19/02/2026.</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 8483.60.90, 8470.50.10, 8483.90.00, 3002.49.99, 3808.93.22, 9021.10.99, 1806.90.00, 8524.91.00 e 8539.52.00).

MATÉRIAS PUBLICADAS NO PORTAL SISCOMEX



LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Exportação nº 022/2025.</u>	Comunica que a partir de 24/11/2025 as exportações dos produtos classificados na NCM 72254090 (Outros) passarão a requerer a “Licença de Produtos da Faixa Vermelha” (TA E0083, modelo LPCO E00013) a ser solicitada no módulo “Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO)” sujeita à anuência prévia da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (DFPC), caso se trate de “Blindagem balística opaca de uso restrito” (ATT_6700, valor 2).
<u>Exportação nº 023/2025.</u>	Informa que a Medida Provisória nº 1.309/2025, que instituiu o Plano Brasil Soberano , autorizou, em seu art. 10, a prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos previstos no regime aduaneiro especial de drawback suspensão, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945/2009 , na hipótese de atos concessórios cujos compromissos de exportação para os Estados Unidos da América sejam comprovadamente afetados por medidas tarifárias unilaterais adotadas por aquele país especificamente contra produtos brasileiros.
<u>Importação nº 117/2025.</u>	Comunica a realização de ajustes nos atributos do Catálogo de Produtos, os quais têm efeito no ambiente de Produção do Portal Único Siscomex nas datas indicadas na planilha disponível neste link (coluna “Data de implementação”).
<u>Importação nº 116/2025</u>	Informa que, a partir de 1º de janeiro de 2026, deverá ser informado o código cClassTrib em cada item de mercadoria registrado em declaração de importação.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 002/2026.</u>	Comunica que a partir de 10/01/2026 serão promovidas alterações no tratamento administrativo aplicado às importações dos produtos classificados nos subitens da NCM que relaciona , sujeitos à anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
<u>Importação nº 001/2026.</u>	Comunica que a partir de 13/01/2026 serão promovidas alterações nos tratamentos administrativos aplicados às importações dos produtos classificados nos subitens da NCM que relaciona , sujeitos à anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
<u>Importação nº 003/2026.</u>	Comunica que a partir de 14/01/2026 serão promovidas alterações nos tratamentos administrativos aplicados às importações dos produtos classificados nos subitens da NCM que relaciona, sujeitos à anuência do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA
<u>Exportação nº 003/2026.</u>	O Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) informa que são passíveis de desoneração os serviços de transporte vinculados direta e exclusivamente à exportação de produtos resultantes da utilização do regime aduaneiro referido no art. 12-A da Lei nº 11.945, de 2009 , no caso do transporte da mercadoria da fábrica da empresa-industrial exportadora até o local de Embarque. Lei nº 11.945/2009.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Exportação nº 002/2026.</u>	Comunica que a partir de 08/01/2026 as exportações dos produtos classificados na NCM “84119100: - De turborreatores ou de turbopropulsores” deixarão de requerer a “Licença de Exportação - Área Nuclear, Mísseis e Biológica” (TA E0112, modelo LPCO E00042) a ser solicitada no módulo “Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO)” , sujeita à anuência prévia pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e passarão a ter tratamento administrativo de monitoramento (TA E0244).
<u>Exportação nº 001/2026.</u>	Comunica que a partir de 14/01/2026 serão promovidas alterações nos tratamentos administrativos aplicados às exportações dos produtos classificados nos subitens da NCM que relaciona, sujeitos à anuência do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA
<u>Exportação nº 004/2026.</u>	Comunica que a partir de 15/01/2026 os modelos de LPCO que relaciona, sujeitos à anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) , serão alterados conforme especifica.
<u>Exportação nº 005/2026.</u>	Comunica que a partir de 19/01/2026 o Tratamento Administrativo aplicado às exportações dos produtos classificados nas NCM que relaciona será alterado conforme especifica e estarão sujeitas à anuência prévia da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (DFPC)

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 005/2026.</u>	Tendo em vista as alterações de NCM, promovidas pela Resolução Gecex nº 812/2025, informa que a partir de 1º de fevereiro de 2026 as importações dos produtos até então classificados na NCM 65061000 (Capacetes e artigos de uso semelhante, de proteção), a qual será desdobrada nas NCM 65061010 (Do tipo utilizado por bombeiros, com viseira e protetor facial incorporados) e 65061090 (Outros) , deixarão de exigir licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Sendo assim, serão promovidas as alterações conforme especifica.
<u>Importação nº 004/2026.</u>	Comunica que a partir de 26/01/2026 serão promovidas as alterações que especifica, em atributo obrigatório vinculado ao subitem 8504.40.90 (Outros) da NCM , cujos produtos estão sujeitos à anuência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.
<u>Exportação nº 006/2026.</u>	Tendo em vista as alterações de NCM promovidas pela Resolução Gecex nº 812/2025, informa que a partir de 1º de fevereiro de 2026 as exportações dos produtos até então classificados na NCM 65061000 (Capacetes e artigos de uso semelhante, de proteção), a qual será desdobrada nas NCM 65061010 (Do tipo utilizado por bombeiros, com viseira e protetor facial incorporados) e 65061090 (Outros) , deixarão de exigir o LPCO Modelo E00085 “Espécimes, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e exótica, Cites ou não Cites” (TA E0141), sujeitos à anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 007/2026.</u>	Tendo em vista as alterações de NCM promovidas pela Resolução Gecex nº 812/2025, informa que a partir de 1º de fevereiro de 2026 as importações dos produtos até então classificados na NCM 65061000 (Capacetes e artigos de uso semelhante, de proteção), a qual será desdobrada nas NCM 65061010 (Do tipo utilizado por bombeiros, com viseira e protetor facial incorporados) e 65061090 (Outros) , passarão a exigir licenciamento do Ministério da Defesa (MD) conforme especifica.
<u>Importação nº 006/2026</u>	Comunica que a partir de 28/01/2026 serão promovidas alterações nos tratamentos administrativos aplicados às importações dos produtos classificados nos subitens da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que relaciona, sujeitos à anuência do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA
<u>Exportação nº 007/2026.</u>	Tendo em vista as alterações de NCM promovidas pela Resolução GECEX nº 812/2025, informa que a partir de 1º de fevereiro de 2026 as exportações dos produtos até então classificados na NCM 65061000 (Capacetes e artigos de uso semelhante, de proteção), a qual será desdobrada nas NCM 65061010 (Do tipo utilizado por bombeiros, com viseira e protetor facial incorporados) e 65061090 (Outros) , passarão a exigir o LPCO Modelo E00012 “Pedido de Exportação - Produtos de Defesa” (TA E0084), sujeitos à anuência do Ministério da Defesa (MD), caso se tratem de “Capacete com proteção balística (capacete à prova de bala)” (NCM 65061090, ATT_1033, valor 01).

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 009/2026.</u>	Informa que, em decorrência da publicação da Lei Complementar nº 224/2025, e da Instrução Normativa RFB nº 2.305/2025, para o Imposto de Importação (II) , a redução dos incentivos e benefícios tributários está em vigor desde 1º de janeiro de 2026
<u>Importação nº 008/2026</u>	O Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) informa que foi implementado ajuste sistêmico para que o campo “Descrição Complementar da Mercadoria”, preenchido durante a elaboração de item da Declaração Única de Importação (Duimp) , passe a ser o parâmetro de validação com a descrição constante no item de insumo de reposição no ato concessório de Drawback Isenção.
<u>Exportação nº 008/2026.</u>	Comunica que a partir de 29/01/2026 o Tratamento Administrativo aplicado às exportações dos produtos classificados nas NCM que relaciona será alterado e as licenças aplicáveis estarão sujeitas à anuência prévia da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (DFPC).
<u>Exportação nº 009/2026.</u>	Tendo em vista as alterações de NCM promovidas pela Resolução Gecex nº 812/2025, informa que a partir de 1º de fevereiro de 2026 será alterado o Tratamento Administrativo aplicado às exportações dos produtos até então classificados na NCM 59039000 (Outros), a qual será desdobrada nas NCM 59039010 (De fios de poliéster, impregnados com uma ou mais resinas sintéticas, perceptíveis ou não à vista desarmada, e recobertos com uma ou mais resinas sintéticas perceptíveis à vista desarmada numa de suas faces, do tipo utilizado como suporte para fabricação de abrasivos (lixa), em rolos) e 59039090 (Outros), conforme especifica

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 010/2026.</u>	Comunica que a partir de 26/02/2026 serão promovidas alterações nos tratamentos administrativos e nos atributos aplicados às importações dos produtos sujeitos à anuência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro – conforme especifica.
<u>Importação nº 012/2026.</u>	Comunica que a partir de 13/02/2026 serão promovidas alterações nos tratamentos administrativos e nos atributos aplicados no Portal Siscomex às importações de pneumáticos classificados nos subitens 40111000, 40112010, 40112090 e 40114000 da NCM , sujeitos à anuência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.
<u>Exportação nº 011/2026.</u>	Comunica que a partir de 23/02/2026 o modelo de LPCO "Certificação para Produtos de Origem Vegetal (E-Phyto)" (TA E0190, modelo E00120) ficará indisponível para novos registros pelos exportadores, os quais deverão utilizar o modelo de LPCO "Certificação Fitossanitária de Produtos de Origem Vegetal - SHIVA" (TA E0239, modelo E00144) ou o certificado para “Comércio Fronteiriço e Remessa Expressa (DRE) –Certificação Fitossanitária de Prod.de Orig. Vegetal” (TA E0240, modelo E00145) , conforme o caso, que estará sujeito à anuência do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.



CONTATOS

Av. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 214,
salas 245, 247 e 249

Condomínio Spot Galleria | Bairro Vila Madalena |
Campinas - SP | CEP 013091-611

+ 55 (19) 3342-3900



/djaadv



DJA | Diego
Joaquim &
Advogados



diegojoaquimeadvogados

dja.adv.br